



Por que VOTAR pela CONTINUIDADE da GREVE e APOIO à OCUPAÇÃO

As direções (Juntos, Afronte, RUA, Correnteza, UJC e Rebeldia) devem ser responsabilizadas integralmente pela divisão e enfraquecimento do movimento grevista, não devemos estar ao lado delas quando defenderem o fim da greve

- 1) As reivindicações que ergueram o movimento não foram de fato atendidas. A reitoria impôs uma derrota política à direção do movimento, que se subordinou completamente às suas imposições, calendário e plano: 875 contratações ao longo de dois anos e a reposição de aposentados durante esse período, sendo as primeiras subordinadas ao critério de favorecer as unidades “mais produtivas” e piorar as condições das unidades mais precarizadas. E tudo isso dependendo ainda das condições impostas pelos limites do orçamento, condicionado pelas determinações do governo Tarcísio. As bolsas não serão levadas ao salário mínimo paulista, nem serão destinadas a todos os que a solicitarem. Nada foi acordado em relação à contratação de funcionários. O atendimento das reivindicações dependia de romper com os limites impostos pela reitoria/governo, obrigando-os a conceder mais verbas para as contratações e bolsas.
- 2) A greve não esgotou todas as possibilidades de ação direta, que levariam a um choque nas ruas com o governo estadual. As direções do DCE e CAs deformaram a greve, que deveria ser de mobilização constante e sistemática das bases estudantis, substituindo-a pelas atividades distracionistas/culturalistas nos cursos e/ou greve de pijama. Negaram-se a colocar o movimento em choque com o governo estadual, e de ruptura com suas imposições, colocadas em prática pela reitoria, e apoiadas pelas diretórias das unidades. E se empenharam como nunca o fizeram antes no trabalho de desintegração da greve a partir das assembleias das unidades, acatando os plebiscitos e fazendo ampla campanha virtual pelo fim da greve em nome da “vitória” a que chamam a contratação temporária de professores, sob o critério dominante da reitoria/governo, do “mérito” acadêmico.
- 3) O acordo negociado e firmado entre reitoria e comissão de negociação – composta pelas mesmas direções que deformaram a greve e se subordinaram a todos os mandos da reitoria/governo – não isenta de fato os grevistas de punição. Ele afirma a meta da reitoria de punição por processos dos grevistas que derrubaram a grade na ECA, bem como a orientação aos diretores de unidades para punirem grevistas que tenham praticado

“dano ao patrimônio público” durante o movimento. A aprovação desse acordo significa colaboração com a repressão da reitoria/governo sobre o movimento grevista.

- 4) A ocupação do bloco K, realizada por estudantes, (não importa discutir agora se antes ou depois da aprovação pela assembleia estudantil, que aprovou por amplíssima maioria o apoio a ela) foi imediatamente abraçada pela vanguarda da greve, apesar da ferrenha oposição das direções, que tentaram sabotá-la de todas as formas. Ela tem de ter o apoio do movimento estudantil para projetá-la para todas as unidades da USP, para a imprensa, para a população em geral. A ocupação é um instrumento de luta para pressionar a reitoria/governo de forma a que se reabram as negociações ao redor das reivindicações, dentre elas a de nenhuma punição aos grevistas. **Não se deve aceitar que a resolução de reprovação por faltas dos grevistas simplesmente passe da reitoria para as unidades, onde cada diretor imporá a reprovação e jubilamento de grevistas.** Ela deve ser completamente retirada, e garantida a plena vida escolar dos grevistas em todas as unidades, com todos os auxílios que possuam.

A PODRIDÃO DE UMA POLÍTICA QUE SE COLOCA ABERTAMENTE AO LADO DA REITORIA, DO GOVERNO E ATÉ DA REPRESSÃO POLICIAL

Na Assembleia Geral de 26/10, o Rebeldia (PSTU) foi contra a aprovação do apoio à ocupação do bloco K, votando envergonhadamente pela abstenção, e se retirando imediatamente depois disso. No dia seguinte, a partir da direção do Caell, centro acadêmico da Letras, defendeu ferrenhamente o fim da greve, o que certamente enfraqueceria a ocupação. E ainda se colocou ao lado da proposta de resolução de uma moção de repúdio à ocupação, o que corresponde a se colocar ao lado da reitoria/governo e da repressão policial aos estudantes grevistas ocupantes. A traição mascarada que desenvolveu antes, durante e ao por fim à greve na Letras se revelou sem disfarces nesse momento. Tomou para si o conteúdo político de expulsão de estudantes grevistas da reitoria, ao defender que aquele companheiro que defendia a continuidade da greve “não deveria nunca mais por os pés na USP”.

Mas houve algo ainda pior: sua militante Mandi postou no Instagram, com sua assinatura e do Rebeldia, um vídeo em que reclama de uma assembleia que lhe concedeu UMA HORA de falas somadas, e foi ainda além: delatou organizações que acusou de serem as organizadoras da ocupação. Nem vamos discutir aqui a falsidade de se as organizações foram ou não responsáveis pela ocupação. O crime de Mandi é DELAÇÃO, que oferece à repressão policial os alvos para a destruição das organizações e do próprio movimento. Coisa que já tinha feito no dia anterior, quando acusou, aos gritos e repetidamente, um estudante de fazer parte de uma organização política, quando o estudante o negava veementemente. A exposição de vínculo de qualquer militante de uma organização é decisão soberana sua e de sua organização, de acordo com as necessidades de segurança diante da repressão patronal e policial. Ainda que o estudante fosse membro de uma organização, a sua exposição pública é uma DELAÇÃO, que o expõe, a ele e ao movimento, a todo tipo de repressão. **A DELAÇÃO sistemática feita por Mandi a coloca como um PERIGO ao movimento, que deve se defender de suas atitudes policiais.** Ela deve ser expulsa das assembleias e demais instâncias do movimento, por ser uma DELATORA. Essa medida não se deve a qualquer divergência que tenhamos com ela e seu partido, mas a uma ação de defesa do movimento contra sua destruição física pela repressão.